

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE MATEMÁTICA
CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA A DISTÂNCIA

Josefa Mariana de Farias Cavalcante Dias

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: relato de uma
experiência no presídio de São João do Cariri – PB

Cabaceiras – PB

2014

Josefa Mariana de Farias Cavalcante Dias

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: relato de uma
experiência no presídio de São João do Cariri – PB

Trabalho de Conclusão de Curso Apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura em
Matemática a Distância da Universidade Federal
da Paraíba como requisito parcial para obtenção
do título de licenciado em Matemática.

Orientadora: Prof^a. Ms Maria da Conceição
Alves Bezerra

Cabaceiras – PB

2014

Catálogo na publicação
Universidade Federal da Paraíba
Biblioteca Setorial do CCEN

D541e Dias, Josefa Mariana de Farias Cavalcante.

Educação de jovens e adultos : relato de uma experiência no presídio de São João do Cariri-PB / Josefa Mariana de Farias Cavalcante Dias. - Cabaceiras, 2014.

35f. : il.

Monografia (Licenciatura em Matemática a Distância) - Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora: Profª Ms Mª da Conceição Alves Bezerra.

1. Educação de jovens e adultos - São João do Cariri. 2. Educação Matemática - Alunos detentos. I. Título.

BS/CCEN

CDU: 374.7(043.2)

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: relato de uma
experiência no presídio de São João do Cariri – PB

Trabalho de Conclusão de Curso Apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Matemática a Distância da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em Matemática.

Orientadora: Prof^ª. Ms Maria da Conceição Alves Bezerra

Aprovado em: 13/06/ 2014

COMISSÃO EXAMINADORA

Presidente da banca Prof^ª. Ms. Maria da Conceição Alves Bezerra

Avaliadora Prof^ª.Ms. Cristiane Carvalho Bezerra de Lima

Avaliador Prof^º. Ms. Luciélío Marinho da Costa

Dedico este trabalho a Deus em primeiro lugar, a minha família, em especial a minha mãe Gilvanice (in memoriam) que sempre foi exemplo de bondade e dedicação.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus pai de infinita bondade, pela coragem e pela força;

A meus Pais, Marcílio e Gilvanice (in memorian), que sempre foram meu porto seguro, desde cedo me incentivaram nos estudos. A eles serei eternamente grata;

A meus irmãos, Marília, Marcela, Patrícia e Marcelo, que sempre estiveram comigo, dando força e superando juntos todas as dificuldades;

A minha vó Severina, exemplo de coragem e amor incondicional;

À minha grande família, pelo amor e apoio de sempre;

Aos meus amigos, pelas alegrias, tristezas e dores compartilhadas;

A minha orientadora Maria da Conceição Alves Bezerra, por seu apoio e inspiração no amadurecimento de ideias, pela dedicação e paciência;

A coordenadora do Polo de Cabaceiras Ires, aos tutores Ricardo e Priscila, por o incentivo e dedicação, sempre nos apoiando ao longo desta caminhada;

Aos meus colegas de curso, pelo incentivo e o apoio constante;

Aos alunos que participaram como sujeito deste estudo;

Finalmente, a todos que de alguma maneira sempre estiveram presente, fazendo esta vida valer à pena.

“Sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo nem ensino”.

Paulo Freire

RESUMO

O presente estudo teve como principal objetivo descrever uma experiência na modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos com alunos detentos da unidade prisional na cidade São João do Cariri – PB. O referencial que fundamentou o estudo foi às pesquisas de Fonseca (2002), Oliveira (1999) e documentos oficiais da educação, a exemplo, das Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2010). A metodologia da pesquisa é embasada na abordagem da pesquisa qualitativa de cujos instrumentos foram às observações (registro das aulas, conversas e fotografias), as atividades envolvendo Resolução de Problemas e jogos e as impressões da pesquisadora, cuja pesquisadora era também a professora das turmas. Os sujeitos participantes pertencem às turmas do 2º segmento (6º, 8º e 9º anos), as aulas foram ministradas no turno da tarde, dentro do presídio em um corredor. Esta experiência teve início em julho de 2013. Para o desenvolvimento das atividades buscamos desenvolver ações, que estimulassem a participação dos alunos e levamos em conta o conhecimento prévio dos alunos detentos, suas vivências e experiências próprias. Os resultados mostraram que os sujeitos evoluíram com relação à leitura e interpretação de textos matemáticos, além de ter proporcionado uma reflexão sobre seus direitos e qualidade de vida.

Palavras chaves: Educação de Jovens e Adultos. Unidade Prisional. Alunos detentos.

ABSTRACT

The present study aimed to describe a mode of teaching experience in the Youth and Adult Education students with inmates of the prison unit in the city from São João do Cariri – PB. The framework that justified the study was to research Fonseca (2002), Oliveira (1999) and official documents of education, the example of the Operational Guidelines for the Education of Youth and Adults (BRASIL, 2010). The research methodology is grounded in qualitative research, whose instruments were the observations (log of lessons, conversations and photographs) approach, activities involving Troubleshooting and games and impressions of the researcher, whose researcher was also the teacher of the class. The participants belong to the classes of the 2nd segment (6, 8 and 9 years), classes were held in the afternoon, inside the prison in a hallway. This experiment began in July 2013. For development activities seek to develop actions that stimulate student participation and take into account prior knowledge of the detainees students, their experiences and their own experiences. The results showed that subjects progressed in reading and interpreting mathematical texts, and has provided a reflection on their rights and quality of life.

Keywords: Youth and Adult Education. Prison Unit. Students inmates.

SUMÁRIO

1. MEMORIAL DO ACADÊMICO	11
1.1 Histórico da formação escolar	11
1.2 Histórico de Formação Universitária	12
1.3 Experiência como Professora de Matemática	13
2. INTRODUÇÃO	14
2.1 Justificativa	15
2.2 Objetivos	17
2.2.1 Geral	17
2.2.2 Específicos	17
2.3 Metodologia da Pesquisa	17
2.4 Organização do Trabalho	18
3. PRESSUPOSTO TEÓRICO	19
3.1 Documentos oficiais que regem a Educação de Jovens e Adultos	19
3.2 Educação Matemática para Jovens e Adultos	22
4. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO	27
4.1 Projeto de Ensino para Jovens e Adultos no Presídio	27
4.2 Caracterização do Presídio e os Participantes da Pesquisa	28
4.3 Experiência	29
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	34

1. MEMORIAL DO ACADÊMICO

1.1. Histórico da formação escolar

Ao longo da existência, a vida tem nos mostrado que são muitos desafios nessa trajetória que vai desde momento em que entramos na escola até nos tornamos um profissional. São muitas experiências e descobertas, algumas que vamos levar para a vida inteira, muita luta para alcançar um objetivo, mas o desejo de vencer é maior do que os nossos receios de fracassar. A vida me fez forte e tenho tentado vencer todas as batalhas, procurando ter sucesso em tudo que for essencial neste espaço de formação que tenho passado ao longo de minha vida.

Sou de uma família de agricultores. Na minha casa são cinco filhos. E sou a segunda. Nunca foi fácil nossa vida, sempre com muita dificuldade, escola sempre distante, mas sempre fomos incentivados por nossos pais a estudar.

Comecei a estudar com cinco anos, no ano de 1995 na Escola Municipal de 1º grau Inácio Ferreira de Farias, município de São João do Cariri – PB, a professora chamava-se Josefa, o percurso era longo até a escola, mas íamos eu e meus irmãos e algumas amigas, sendo uma caminhada divertida por ser muita gente junto.

Ficamos nessa escola dois anos, depois mudamos para Escola Municipal Gaudêncio de Queiroz, situada no município de São Domingos do Cariri – PB, com a professora Rosane, essa Escola ficava mais perto da minha casa, fiquei até a 4ª série (Atual 5ºano do Ensino Fundamental).

Sempre tive dificuldade para me locomover da zona rural para a urbana, e com esforços consegui terminar os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. No ano de 2001 a prefeitura disponibilizou um ônibus para transportar os alunos para a cidade de Cabaceiras – PB, fui matriculada na Escola Municipal do Ensino Fundamental Abdias Aires de Queiroz, comecei a 5ª série (6ºano) era tudo diferente, mas minha mãe sempre nos acompanhou até que nos sentíssemos prontas para mais essa fase da minha vida. Desde pequena percebi que tinha jeito com cálculo, sempre adiantava atividades que eram relacionadas com Matemática. Fazia grandes contas sozinhas, contei muito com ajuda do meu pai, que, apesar de não ter estudado muito, era muito bom em cálculos. Minha mãe sempre estava atenta com nossos estudos e

isso sempre foi um grande incentivo para continuar sempre a estudar. Fiquei nessa escola até concluir a 8ª série (9ºano).

Mudei de escola no ano de 2005, no mesmo Município, para a Escola Estadual Alcides Bezerra. Quando comecei o Ensino Médio, despertou o desejo de ingressar na universidade e desde já eu sabia que seria para Matemática. Nesse mesmo ano passei por um momento muito difícil em minha vida que foi a perda da minha mãe, que era meu alicerce. Foi quando tudo perdeu o sentido para mim, fiquei dias ausentes da escola e passei a assumir responsabilidades na minha vida. Depois de alguns dias voltei para a escola e estudei até o ano de 2007. Quando conclui o Ensino Médio e prestei vestibular para o Curso de Licenciatura em Matemática, por dois anos seguidos na Universidade Estadual da Paraíba, mas não consegui passar.

1.2. Histórico de Formação Universitária

Desde que conclui o Ensino Médio no ano de 2007, sempre sonhei em cursar uma faculdade, mas já tinha tentado algumas vezes sem êxito. Uma amiga me falou que na cidade de Cabaceiras – PB tinha um Polo da Universidade Federal da Paraíba – UFPB VIRTUAL, na modalidade de Ensino à Distância. Escrevi-me no vestibular no Curso de Licenciatura em Matemática (2009). Estudei bastante, apesar de ter ficado um tempo sem estudar, meus amigos e minha família me incentivaram muito e finalmente consegui passar, sem ter noção como seria esse estudo, pois por ser virtual, não tinha contato com internet, não sabia utilizar os computadores.

No ano de 2010 comecei a estudar, foi quando comecei ter contato com novos meios tecnológicos e fui aprendendo a lidar com um curso virtual. Foram muitas dificuldades, pois morava na zona rural e ia só noite para o Polo estudar, usando computadores, tinha que copiar as atividades no caderno para tentar fazer em casa, isso me prejudicava muito, pois participava pouco do ambiente virtual e não tirava dúvidas. Com o tempo consegui comprar um computador e com internet em casa, consegui participar mais do curso.

Ao longo destes períodos tive oportunidade de aprimorar meus conhecimentos, aprendendo como lidar com pessoas, estando em sala de aula, percebi que era realmente isso que queria, estava no caminho certo.

1.3. Experiência como Professora de Matemática

Sempre quis ser professora de Matemática, comecei a dar aula de reforço e fui tomando gosto pela profissão. Nas disciplinas de Estágio Supervisionado II e IV tive contato direto com a sala de aula. No Estágio Supervisionado II lecionei em uma turma de 37 alunos do 9º ano do Ensino Fundamental. O conteúdo era sobre Equações do 2º Grau, foi um trabalho complicado, pois os alunos tinham dificuldade em assimilar o conteúdo, mas consegui desenvolver um bom trabalho, pois sempre gostei do referido conteúdo. No Estágio Supervisionado IV lecionei, no Ensino Médio, em uma turma de 40 alunos do 1º ano. O conteúdo foi sobre Funções. Confesso que me assustou um pouco por ser um assunto mais complexo e de difícil aceitação pelos alunos, mas percebi que era um trabalho que sempre sonhei.

Meu primeiro trabalho foi de voluntária no programa Brasil Alfabetizado, como coordenadora, surgiu à oportunidade de conhecer como funciona o programa e trabalhar com jovens e adultos. Era um trabalho gratificante.

Atualmente trabalho como professora da Educação de Jovens e Adultos – EJA no presídio de São João do Cariri – PB, e confesso que quando recebi esse convite tive muitas dúvidas, pois este programa é realizado em um presídio, lecionando para privados de liberdades, era um grande desafio pela frente, mas decidi aceitar.

A primeira vez que entrei no presídio para ter meu primeiro contato com os alunos eu tremi. Foi uma sensação horrível, de medo angústia, mas eu e outros professores preparamos uma semana de contato com eles onde passamos a vivenciar suas perspectivas de vida. Então comecei a tomar gosto pelas aulas. É impressionante como esse projeto de Educação em presídios tem ajudado os presidiários e me feito acreditar que posso ser melhor, fazendo sempre mais por quem não tem oportunidade de estudar.

2. INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino da Educação Básica nas etapas dos Ensinos Fundamental e Médio da rede escolar pública brasileira, destinada para os cidadãos que não tiveram oportunidade de estudar na idade apropriada.

De acordo com o Artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9.394/96 “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (BRASIL, 1996, p. 16).

No dia a dia nos deparamos com indivíduos, que por diversas razões, estiveram ausentes por longos períodos da escola, e que retorna após alguns anos. As maiorias dos alunos retornam com dificuldades de aprendizagem nos mais variados aspectos.

Uma parte do público que estuda na Educação de Jovens e Adultos são trabalhadores do comércio, da agricultura, da construção civil, empregadas domésticas, dentre outros. São cidadãos que foram privados do ensino regular, por fatores históricos, sociais e econômicos.

A Lei nº 12.433/2011 alterou a Lei de Execução Penal na Lei de Execução Penal, Lei nº 7.210/1984, que já previa remição de pena por trabalho, para garantir também o direito à remição para presos que se dediquem a atividades educacionais durante o cumprimento de sua sentença.

A Educação de Jovens e Adultos passou a funcionar em presídios no Estado da Paraíba, com apoio do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Administração Penitenciária – SEAP, em parceria com a Secretaria de Educação e Cultura. Garantindo esta oferta aos presidiários. Essa modalidade de ensino tem como objetivo oportunizar o sujeito à continuidade dos seus estudos ou para os cidadãos que ainda não iniciaram a escolarização básica.

No dia 29 de julho de 2013, a modalidade da Educação de Jovens e Adultos – EJA passou a funcionar no presídio de São João do Cariri – PB¹, com objetivo de garantir aos privados de liberdade uma oportunidade de estudar. As aulas são semipresenciais, pois cada professor tem apenas, duas horas de aulas por semana. São quatro disciplinas para os alunos

¹ A cidade São João do Cariri fica no Estado da Paraíba. Segundo dado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) têm aproximadamente 4.344 habitantes. A distância para a capital João Pessoa é 208 km.

do 2º segmento da EJA, Matemática, Português, História e Ciências. No 1º segmento, um professor ensina desde alfabetização até o 5º ano.

Com relação à estrutura de uma sala de aula, as condições são precárias. As aulas são ministradas no próprio presídio. Não tem uma sala de aula própria. Utilizamos um corredor da unidade prisional.

Em relação ao Ensino de Matemática, começamos a trabalhar com questões do dia a dia, valorizando o conhecimento prévio dos alunos, explorando atividades envolvendo, por exemplo, a Resolução de Problemas e Jogos. Com essas atividades os estudantes começaram a perceber que a Matemática é necessária à vida cotidiana e é essencial em várias atividades profissionais.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Matemática para o Ensino Fundamental – PCN (BRASIL, 1998) orientam que a Matemática seja uma disciplina que venha a descrever e trabalhar a realidade do aluno, para que possa ser mais lúdica e contextualizada.

Desse modo, nosso trabalho girou em torno da seguinte questão: *que contribuições a Educação de Jovens e Adultos pode trazer para alunos de um presídio na cidade São João do Cariri – PB?*

2.1 Justificativa

A Educação de Jovens e Adultos numa unidade prisional é nosso objeto de estudo e nos interessamos por esta área pela sua importância, suas contribuições para a vida do dia a dia e, como disciplina escolar. A Matemática tem sido uma disciplina que se infere, do insucesso escolar, seja pelos alunos, professores ou por quaisquer cidadãos que, de forma direta ou indireta, entram em contato com a Matemática.

A nossa trajetória como professora na modalidade da Educação de Jovens e Adultos na unidade prisional de São João do Cariri, Paraíba, iniciou-se em julho de 2013.

De acordo com Fonseca (2002) a aprendizagem da Matemática na Educação de Jovens e Adultos deve se justificar com oportunidades de fazer emergir uma emoção que comove os sujeitos, enquanto resgatam vivências, sentimentos, cultura e, num processo de confronto e reorganização, acrescenta mais um elo à história do conhecimento matemático.

A educação no sistema prisional é importante, pois como afirma Foucault (1987, p. 224) “A educação do detento é, por parte do poder público, ao mesmo tempo uma precaução indispensável no interesse da sociedade e uma obrigação para com o detento”.

Segundo Foucault (1987) a prisão era utilizada apenas como um local de contenção de indivíduos, uma detenção. Não havia projetos de requalificar os detentos.

Para o autor, na década de 1950, constatou-se dificuldade do sistema prisional, o que motivou a busca de projetos, surgindo à inserção da educação no sistema prisional. E para promover a reeducação no sistema prisional são necessários programas educacionais dentro dos presídios, voltados para Educação de Jovens e Adultos.

A educação no sistema prisional no Estado da Paraíba ocorre por meio da Educação de Jovens e Adultos e a através do projeto *Ressocialização pela Leitura*. Os projetos permitem aos reeducandos remir a pena por meio dos estudos e da leitura.

Para o projeto *Ressocialização pela Leitura* a Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP doou livros para as bibliotecas que funcionam em algumas unidades prisionais da Paraíba, entre elas, presídio do Serrotão, as Penitenciárias de Segurança Média Hitler Cantalice, Segurança Máxima Geraldo Beltrão, e as Penitenciárias Femininas de João Pessoa e Campina Grande.

O Sistema Penitenciário na Paraíba funciona em condições precárias, por exemplo, a superlotação das prisões, as instalações físicas e a falta de treinamento dos funcionários responsáveis pela reeducação dos presos e com isso não conseguem a ressocialização da maior parte dos detentos.

Há muita restrição ainda nesse tipo de trabalho, por ser em unidades prisionais, mas esse é um meio de integração social e aquisição de conhecimento, proporcionando uma educação e um futuro melhor quando recuperarem a liberdade.

Segundo Freire (2000, p. 121),

A educação passa a ter sentido ao ser humano porque o seu existir se caracteriza como possibilidade histórica de mudanças. “Somos ou nos tornamos educáveis porque, ao lado da constatação de experiências negadoras da liberdade, verificamos também ser possível a luta pela liberdade e pela autonomia contra a opressão e o arbítrio”.

Na legislação brasileira, a educação nos presídios é um direito assegurado. Então é importante que esta modalidade de ensino, garanta condições para que os detentos não percam seus direitos. O professor como mediador de conhecimento, busca interação e a inserção de todos sem restrições. Trata-se de inseri-los na sociedade e compreender suas limitações e dificuldades sem esquecer seus direitos.

2.2 Objetivos

2.2.1 Geral

Descrever uma experiência na modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos com alunos detentos da unidade prisional na cidade São João do Cariri – PB.

2.2.2 Específicos

- Elaborar um breve perfil dos alunos detentos, público-alvo de nosso trabalho;
- Identificar as principais dificuldades em ministrar aulas dentro do presídio;
- Identificar algumas contribuições da Educação de Jovens e Adultos para os alunos detentos da unidade prisional.

2.3 Metodologia da Pesquisa

Para a realização deste estudo buscamos apoio na pesquisa qualitativa, tendo em vista que este tipo de pesquisa, segundo Goldenberg (1999, p. 14) “[...] a preocupação do pesquisador, nesta abordagem, não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória”.

A pesquisa qualitativa permite ao pesquisador uma melhor compreensão de valores, opiniões e atitudes que sustentam a postura, a visão de mundo e as relações entre os participantes envolvidos, e a significação que esses sujeitos atribuem ao fato pesquisado, consistindo em instrumento fundamental para desvelar a complexidade da realidade investigada.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. E se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado.

2.4. Organização do Trabalho

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos. No capítulo 1, trazemos um breve histórico sobre minha trajetória na formação estudantil na Educação Básica e Universitária e a experiência como professora de Matemática.

No capítulo 2, apresentamos a introdução do trabalho, o problema de pesquisa, os objetivos e a metodologia da pesquisa.

No capítulo 3, discutimos o referencial teórico que norteia nosso trabalho. Falamos sobre a Legislação da Educação de Jovens e Adultos, através de documentos oficiais da educação e autores que definem essa modalidade de ensino, como por exemplo, Fonseca (2002) e Oliveira (1999).

Com relação ao capítulo 4, apresentamos o Procedimento Metodológico – o projeto de Ensino para Jovens e Adultos no presídio, a caracterização do ambiente da pesquisa, os sujeitos envolvidos e experiência.

Por fim, no capítulo 5, discorreremos sobre as considerações finais.

3. PRESSUPOSTO TEÓRICO

3.1 Documentos oficiais que regem a Educação de Jovens e Adultos

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, artigo 37, a Educação de Jovens e Adultos, é destinada para todos os cidadãos que não tiveram acesso a escola na idade apropriada na Educação Básica. Os parágrafos do presente artigo afirmam que,

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. (BRASIL, 1996, p. 16).

A Constituição Federal de 1988, estabelece que a educação é um direito de todos e é dever do estado e da família, proporcionando a aqueles que não tiveram oportunidade de estudar. A referida constituição ressalta que o Ensino Fundamental é obrigatório e gratuito, e inclusive sua oferta é garantida a todos aqueles que não tiveram acesso na idade escolar.

Conforme o Parecer 05/97 do Conselho Nacional de Educação – aborda a questão da denominação *Educação de Jovens e Adultos* e *Ensino Supletivo*, define os limites de idade fixados para que jovens e adultos se submetam a exames supletivos, define as competências dos sistemas de ensino e explicita as possibilidades de certificação.

A Educação de Jovens e Adultos garantem os direitos plenos à educação, que qualquer indivíduo que por algum motivo não pode concluir os estudos no ensino regular. Com essa modalidade de ensino surge uma nova oportunidade de concluir os estudos, viabilizando novas perspectivas.

O Parecer do CNE/CEB nº 11/2000 tem como objetivo trazer o conhecimento para estudantes de diferentes idades, acolhendo suas experiências vividas adequando-se a suas habilidades, capacidades e potencialidades. Subsidiando o processo de reorientação curricular nas secretarias estaduais e municipais de educação, bem como nas instituições e escolas que

atendem a EJA, à escola passar a ter um novo sentido, de uma sociedade menos desigual, possibilitando oportunidades no que se refere à educação.

Contudo, dentro de seus limites, a educação escolar possibilita um espaço democrático de conhecimento e de postura tendente a assinalar um projeto de sociedade menos desigual. Questionar, por si só, a virtude igualitária da educação escolar não é desconhecer o seu potencial. Ela pode auxiliar na eliminação das discriminações e, nesta medida, abrir espaço para outras modalidades mais amplas de liberdade (BRASIL, 2000, p.8).

À escola passa a ter um novo sentido, de uma sociedade menos desigual, possibilitando oportunidades no que se refere à educação. Os cidadãos que fazem parte da EJA, geralmente são adolescentes, jovens e adultos, com múltiplas diversidades, experiências de trabalho de vida e de situação social.

O Parecer do CNE/CEB nº 11/2000 destaca que a Educação de Jovens e Adultos deve desempenhar três funções: *função reparadora*, *função equalizadora* e *função qualificadora*.

A *função reparadora*, esta ligada ao acesso do estudante ao conhecimento. Não se refere apenas à entrada dos jovens e adultos no âmbito dos direitos civis, pela restauração de um direito a ele negado – o direito a uma escola de qualidade, mas também pelo o reconhecimento da igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano a ter acesso a um bem real, social e simbolicamente importante.

Função equalizadora relaciona-se ao reconhecimento da igualdade, oferecendo novas oportunidades, garantindo mais direito a todos os indivíduos novas inserções no mundo do trabalho e na vida social de cada um. A função equalizadora irá dar cobertura aos trabalhadores e outros segmentos sociais, como por exemplo, donas de casa, aposentados e encarcerados, a buscar novas oportunidades e direitos a uma vida de qualidade.

Nesta linha, a educação de jovens e adultos representa uma promessa de efetivar um caminho de desenvolvimento de todas as pessoas, de todas as idades. Nela, adolescentes, jovens, adultos e idosos poderão atualizar conhecimentos, mostrar habilidades, trocar experiências e ter acesso a novas regiões do trabalho e da cultura (BRASIL, 2010, p.10).

Função qualificadora refere-se à educação permanente, com base no caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares. Mais do que uma função, ela é o próprio sentido da EJA, mostrando aos estudantes que a educação deve ser sempre qualificadora, mas

que esteja sempre a procura de desenvolver algo que aprimore seus conhecimentos, que pode ser através de experiências novas.

Conforme as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2010) a modalidade EJA está organizada em três segmentos.

1º segmento – Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com duração de quatro semestres, com carga horária de 1.600 (mil e seiscentas) horas;

2º segmento – Anos Finais do Ensino Fundamental, com duração de quatro semestres, com carga horária de 1.600 (mil e seiscentas) horas;

3º segmento – Ensino Médio, com duração de três semestres, com carga horária de 1.200 (mil e duzentas) horas.

A Resolução CNE/CEB N°1, de 5 de julho de 2000 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, e preconiza que cabe a escola definir quanto à duração do curso de jovens e adultos, respeitando as Diretrizes Curriculares Nacionais, a identidade desta modalidade de educação e o regime de colaboração entre os entes federativos.

Conforme explicita o Parecer CNE/CEB N° 4/2010,

Compreendendo a educação como um dos únicos processos capazes de transformar o potencial das pessoas em competências, capacidades e habilidades, e o educar como ato de criar espaços para que o educasse situado organicamente no mundo, empreenda a construção do seu ser em termos individuais e sociais, o espaço carcerário deve ser entendido como um espaço educativo, ambiente socioeducativo. Assim sendo, todos que atuam nessas unidades – dirigentes técnicos e agentes – são educadores e devem estar orientados nessa condição. Todos os recursos e esforços devem convergir, com objetividade e celeridade, para o trabalho educativo (p.14).

A Educação de Jovens e Adultos está voltada para oportunizar e garantir a todos uma educação de qualidade, ou seja, situar cidadãos no meio educativo, sem preconceitos de idade.

Segundo Freire (1996, p. 128),

Se, na verdade, o sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com eles. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele, mesmo que, em certas condições, precise falar a ele.

Viabilizar que a educação é um sonho para muitos, que talvez nem saiba que um direito constitucional e obrigatório, essas leis que legalizam a Educação de Jovens e Adultos tem o objetivo garantir uma educação como um direito universal, ou seja, para todos sem distinção de raça, de idade ou classe social, ambientando todos a uma educação de qualidade e oportunizando essa modalidade para todos.

3.2. Educação Matemática para Jovens e Adultos

Segundo Fonseca (2002), quando falamos de Educação Matemática no contexto de Jovens e Adultos, não estamos nos referindo ao Ensino de Matemática, apenas para o estudante de graduação, de Pós-Graduação, dentre outros. “Estamos falando de uma ação educativa dirigida a um sujeito de escolarização básica incompleta ou jamais iniciada” (p. 14) e que procura a escola na idade adulta ou na juventude. “A interrupção ou o impedimento de sua trajetória escolar” (p. 14) ocorre em um contexto mais amplo de exclusão social e cultural.

De acordo com Oliveira (1999) os estudantes da Educação de Jovens e Adultos são cidadãos com as seguintes características: a condição de não criança (adultos, jovens, adolescentes acima de 14 anos), a condição de excluído da escola e a condição de membros de determinados grupos culturais.

Com relação à condição de não criança, ainda se observa em sala de aula as práticas de infantilização da Educação de Jovens e Adultos, pois livros didáticos e algumas práticas docentes enfatizam procedimentos e métodos voltados ao público infantil.

Quanto à condição de excluídos da escola, podemos dizer que a situação de exclusão contribui para desenhar a especificidade de jovens e adultos como sujeitos de aprendizagem.

A respeito da condição de membros de determinados grupos culturais podemos dizer que o problema da Educação de Jovens e Adultos nos remete a uma questão de especificidade cultural. É necessário que suas especificidades culturais sejam examinadas com relação a outros aspectos que os definem como um grupo com vivências e experiências próprias (OLIVEIRA, 1999).

É fundamental que os professores de Matemática que atuam na Educação de Jovens e Adultos trabalhem de forma que os estudantes interajam nas aulas, ao propor situações contextualizadas, a partir das vivências dos alunos realizadas em seu dia a dia, ou seja, a aula de Matemática para a Educação de Jovens e Adultos precisa que os sujeitos, jovens ou adultos aprendam Matemática, resgatando suas vivências, sentimentos e cultura.

Fonseca (2002) defende três dimensões para a formação de professores de Matemática para a Educação de Jovens e Adultos: a intimidade com a matemática; a sensibilidade para as especificidades da vida adulta e a consciência política.

A formação dos professores de Jovens e Adultos deverá contribuir para uma compreensão da “mudança de perspectiva que representa passar da preocupação com o que é que dar para ensinar de Matemática numa escola para Jovens e Adultos para a busca da inserção do ensino da Matemática” (FONSECA, 2002, p. 71) na educação de pessoas jovens e adultas.

A educação de jovens e adultos no ensino de Matemática segue com algumas características como a evasão escolar, alunos desmotivado, com limitações, diferente idades que passam a conviver juntos. Nesse contexto o professor tem a função de motivar os alunos, ou seja, viabilizar formas interessantes de trazer os alunos pra escola.

Nesses casos, o ensino da Matemática poderá contribuir para um novo episódio de evasão da escola, na medida em que não consegue oferecer aos alunos e às alunas da EJA razões ou motivação para nela permanecerem e reproduz fórmulas de discriminação etária, cultural ou social para justificar insucessos dos processos de ensino-aprendizagem (FONSECA, 2002, p. 37).

Os alunos da EJA ao retornarem aos estudos, trazem lembranças da matemática e suas vivências escolares, às vezes com certa aversão a disciplina (afirmam não gostarem da matemática). É preciso adotar estratégias de ensino que possam atender as necessidades e interesses desses sujeitos em processo de formação.

Particularmente em relação à matemática, os modos tipicamente escolares de tratá-la constituem-se em, mais do que elemento de forma, conteúdo a serem contemplados nos processos de ensino aprendizagem (FONSECA, 2002, p. 38).

Nesse sentido é fundamental ajudar o jovem e adulto a importância e compreensão dos conhecimentos já existentes, ainda de acordo com Fonseca (2002, p. 49),

Muitos autores têm destacado que um componente forte da geração da necessidade de voltar ou começar a estudar matemática seria justamente o anseio por dominar conceitos ou procedimentos matemáticos.

Fonseca (2002), em seus estudos propõe aos educadores um olhar diferente a cerca da EJA, pois nesse processo de educação estão inseridas na maioria pessoas desestimuladas, desacreditadas, marcadas pela exclusão escolar, dando destaque principalmente para formação do professor de Matemática da EJA.

A formação de professores, Educadores Matemáticos de Jovens e Adultos com certa intimidade com a própria Matemática, com uma generosa e sensível disponibilidade para compartilhar com seus alunos as demandas, as preocupações, os anseios e os sonhos da vida adulta, e com uma consciência atenta e crítica da dimensão política do seu fazer pedagógico, que os habilite a participar da Educação Matemática de seus alunos, e de suas alunas, pessoas jovens e adultas, com a honestidade, o compromisso e o entusiasmo que esta tarefa exige (FONSECA, 2002, p. 61).

Para Fonseca (2002) o professor de Matemática da EJA deve estar extremamente ligada com a disciplina mantendo assim uma intimidade com o conteúdo, ou seja, precisa ter conhecimento amplo sobre o assunto. Nesse sentido passa mais confiança para os alunos mostrarem suas habilidades. Em algumas circunstâncias esses conhecimentos não se apresentam em um formato escolar, mas o professor tem a função de adequar essas experiências e organizar a capacidade dos alunos acerca da disciplina.

A sensibilidade para as especialidades da vida adulta dos alunos da EJA compõe-se, pois de uma atitude generosa do educador de se dispor a abrir-se ao outro e acolhê-lo, mas também da disciplina de observação, registro e reflexão na prática e sobre a prática pedagógica que permita ao professor, se não colocar na posição do seu aluno, exercitar-se na compreensão do ponto de vista que esse aluno pode construir (FONSECA, 2002, p. 63).

O conhecimento matemático, na Educação de Jovens e Adultos, está voltado para situações do dia a dia, a Matemática faz parte do currículo escolar, na Educação de Jovens e Adultos é preciso adequar a Matemática a situações práticas, mostrando que esta disciplina é útil para a vida social, envolvendo os reeducando neste sistema de aprendizagem.

Conforme a Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2002, p. 74),

É importante oferecer aos alunos da EJA oportunidades para interpretar problemas, compreender enunciados, utilizar informações dadas, estabelecer relações, interpretar resultados à luz do problema colocado e enfrentar, com isso, situações novas e variadas.

Ainda de acordo com a Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos,

É primordial partir dos conceitos decorrentes de suas vivências, suas interações sociais e sua experiência pessoal: como detém conhecimentos amplos e diversificados, podem enriquecer a abordagem escolar, formulando questionamentos, confrontando possibilidades, propondo alternativas a serem consideradas (BRASIL, 2002, p.15).

A maior parte dos alunos que frequentam a EJA, aprende Matemática de maneira informal, ou seja, em situações da vida cotidiana, nesse ponto de vista o professor deve aperfeiçoar seus conhecimentos, sempre fazendo com que a escola esteja vinculada com a sociedade de forma que e transforma em saberes matemático, nesse sentido, o referido documento ressalta,

Um currículo de Matemática para jovens e adultos deve, portanto, contribuir para a valorização da pluralidade sociocultural e criar condições para que o aluno se torne agente da transformação de seu ambiente, participando mais ativamente no mundo do trabalho, das relações sociais, da política e da cultura (BRASIL, 2002, p.11-12).

A Proposta Curricular de Matemática para a Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2002) considera os conteúdos atitudinais como palavras que expressam a afetividade, predisposição, interesse, valorização, persistência estimulem a autoestima do aluno levando a construir novos conceitos.

Sobre a importância da Matemática, D'Ambrosio (1993, p. 47) afirma que,

A matemática é reconhecida por sua múltipla importância por todos os governos de todos os países é incluída, por conseguinte, como matéria obrigatória e universal, constante de todos os currículos, em todos os graus de instituições de todos os países do mundo.

Alguns autores conceituam a Matemática e sua importância para a sociedade, cada vez mais presente no dia a dia dos cidadãos, mas cabe ao educador elaborar seus conceitos sobre a Matemática junto com os reeducandos, conforme afirma Kammi (1995, p. 45),

Inovar o ensino da matemática geralmente relaciona-se com o desenvolvimento de novas metodologias de ensino que complementem o conteúdo trabalhado com o objetivo de desenvolver a autonomia dos alunos bem como seu conhecimento lógico matemático analisado dentro de uma visão interativa e autônoma, na formação de indivíduos autônomos, capazes de raciocinar de forma independente, participativo e criativo.

Nas aulas de Matemática o professor pode utilizar as Tendências em Educação Matemática, como por exemplo, a Etnomatemática, a Resolução de Problemas, a introdução de jogos em sala de aula e recursos tecnológicos, contribuindo para a melhoria do ensino de Matemática.

4. PERCURSO METODOLÓGICO

4.1. Projeto de Ensino para Jovens e Adultos no Presídio

A Educação de Jovens e Adultos já vem desenvolvendo um trabalho de formação entre muitas pessoas que não tiveram oportunidade de estudar, esta modalidade são oferecidos nas escolas com o interesse de inserir as pessoas no contexto escolar.

O governo do Estado da Paraíba, por meio da Secretaria da Administração Penitenciária – SEAP, em parceria com a Secretaria de Educação e Cultura está levando esta modalidade da Educação de Jovens e Adultos para as unidades prisionais, através desse programa além de terem o direito à educação, também passam a pleitearem o benefício de redução de pena.

A Resolução do Conselho Nacional de Educação CNE nº 2 de 19 de maio de 2010 dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para oferta de Educação para Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade em estabelecimentos penais. Com a Resolução, a garantia de educação nos estabelecimentos penais passa a ser atribuição direta do órgão responsável pela educação nos estados, no Distrito Federal e, no caso das penitenciárias federais, do Ministério da Educação, devendo ser oferecida em articulação com os órgãos responsáveis pela administração penitenciária.

Surgiu a necessidade de inserir essa modalidade de ensino nas unidades prisionais, trazendo a Educação de Jovens e Adultos para os presídios com o intuito de ressocializar os privados de liberdade, com atividades educacionais.

A Lei de Execução Penal – LEP (BRASIL, 1984) é explícita, quanto à obrigatoriedade dos presídios, penitenciárias, Casas de Detenção, oportunizar os seus detentos condições de reeducação, reinserção e ressocialização.

Todos têm direito a educação, acreditamos que através dessas ações, da escolarização, os privados de liberdade, podem mudar sua própria história, tendo uma perspectiva de mudança e interação social.

Para Freire (1982) a educação é uma ação transformadora, por isso é preciso está atento às necessidades de todos, conscientes que eles são privados de liberdades, mas adequando a realidade da escola, em um sistema prisional, não importa o meio, mas sim como podem ser transmitido de forma igualitária e compreensiva.

As aulas foram ministradas na unidade prisional, em São João do Cariri – PB. Esse projeto teve início em julho de 2013. As aulas funcionam no turno matutino das 10h às 12h – O 1º segmento da EJA e no turno da tarde das 14h às 16h, o 2º segmento.

Quanto ao incentivo de redução de pena, recentemente foi aditada a uma emenda a Lei de Execução Penal – LEP denominada, Lei 12.433² de 29 de Junho de 2011, em seu Artigo 126 é garantido ao condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semi-aberto, remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. Segundo a referida lei a cada 12 horas de frequência escolar o preso tem um (01) dia a menos de pena para cumprir. Pode ser atividade de Ensino Fundamental, Ensino Médio, profissionalizante, Ensino superior ou de requalificação profissional.

4.2. Caracterização do Presídio e os Participantes da Pesquisa

A unidade prisional na cidade de São João do Cariri – PB têm cinco celas onde os privados de liberdade se recolhem, cada cela tem banheiro próprio; tem uma sala da diretoria do presídio; uma cozinha, no qual o cozinheiro é um dos detentos.

O corpo de funcionários é composto por oito agentes penitenciários que alternam plantão na unidade prisional, um diretor e alguns policiais.

O presídio não tem uma boa estrutura física. Não dispõem de uma sala de aula própria, as aulas são ministradas num corredor da unidade prisional, e os professores também utilizam para questões administrativas a sala da diretoria do presídio.

As aulas funcionam de segunda a sexta, exceto na quinta-feira, pois é o dia da visita íntima. Como se trata de uma unidade prisional existe uma rotina a ser respeitada. Nesse sentido as aulas foram inseridas, sem alterar a rotina do presídio.

Em 2013 funcionaram duas turmas do 2º segmento da EJA, uma do 6º ano, composta por três alunos, com idades entre 24 e 35 anos. Esta turma tem apenas duas aulas de Matemática por semana, no horário da tarde, na terça-feira das 14h00min às 15h00min e na sexta-feira das 15h00min às 16h00min.

Com relação à turma do 8º ano é composta por cinco alunos com idades entre 40 e 50 anos. A turma tem duas aulas de Matemática por semana, respeitando os horários prisionais, o

² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12433.htm

horário é o mesmo da turma do 6º ano.

No ano de 2014 está funcionando apenas uma turma do 9º composta por cinco alunos com idades de 22 e 50 anos, tem três alunos do 8º ano e dois entraram este ano. Os horários de aula continuam o mesmo do ano de 2013. As aulas continuam sendo ministradas num corredor da unidade prisional.

Alguns presidiários optaram por não participar do projeto, e os que aderiram, além de terem direito a educação também tem o benefício da redução de pena.

4.3 Experiência

A nossa experiência como professora do 2º segmento da EJA teve início no dia 29 de julho de 2013, realizada na unidade prisional na cidade São João do Cariri, Paraíba.

E por falta de salas de aulas na unidade prisional, a direção do presídio comunicou aos professores que as duas turmas (6º e 8º Anos) funcionariam juntas num corredor dentro do presídio.

Na primeira semana foi um momento de interação professor/aluno e aluno/aluno. Essa relação é de extrema importância para o desenvolvimento do projeto da EJA no sistema prisional, para conhecer os alunos e mostrar que a Educação no Sistema Penitenciário é uma das possibilidades de inseri-los no meio social.

Numa educação dentro do Sistema Penitenciário foi importante dialogar com os alunos conceitos como família, liberdade, trabalho, estudo e cidadania. E Alguns alunos afirmaram que se preocupam com sua família e com o que a sociedade está pensando a respeito deles.

Na sala de aula, ficamos em contato direto com os alunos, sempre na presença de um policial ou agente penitenciário. Os alunos detentos foram respeitosos com os professores e com os próprios colegas, tornando esse contato mais confiável. Com relação à frequência foi excelente, pois os alunos só faltam se for por motivo de doença ou alguma formalidade interna do Sistema Prisional.

Quanto às dificuldades, a maior foi ministrar aulas em duas turmas ao mesmo tempo, tendo em vista a grande diversidade dos alunos, variações de idades e experiências. Mas por meio do diálogo foi possível articular as aulas nas duas turmas, formando grupos com os alunos do 6º e do 8º Anos, para assim, trabalhar os conteúdos.

Um fator importante dos alunos da EJA, é que eles trazem consigo conhecimentos adquiridos na sua vivência, e conforme afirma Fonseca (2002, p. 26) “Todo o processo de conhecimento, marcadamente o do adulto, aluno da EJA, é permeado por suas vivências, cuja lembrança é mobilizada em determinados momentos das interações de ensino-aprendizagem escolar.”

Concordamos com Fonseca (2002, p. 26) quando afirma “Ao perceber que a escola não apenas aceita, mas valoriza os conhecimentos que ele maneja com certa destreza, o aluno adulto sente-se mais seguro, mais integrado ao fazer escolar e, principalmente, reconhece que tem valor por si mesmo e por suas decisões”.

Para que o conhecimento matemático tenha significado e relevância para o aluno da EJA, adotamos a metodologia de Resolução de Problemas, pois acreditamos que a Resolução de Problemas contribui para o processo de ensino e aprendizagem da Matemática, criando no aluno a capacidade de desenvolver o pensamento matemático, não se restringindo a exercícios rotineiros, desinteressantes que valorizam o aprendizado apenas por reprodução ou imitação.

Uma de nossas preocupações foi fazer com que os alunos fossem capazes de resolver vários tipos de problemas, por exemplo: problemas sem solução, com mais de uma solução, não convencionais e problema de quebra-cabeça, contribuindo para a leitura, a interpretação, para que os alunos desenvolvam o sentido crítico a autonomia, a autoestima, e para que observem e discutam os problemas.

E como o material que o Governo do Estado disponibilizou foram apenas carteiras, quadro, livros da Coleção Tempo de Aprender (PACHI & VALENTINI, 2009), cadernos e lápis.

Para trabalhar com a Resolução de Problemas foi necessário levar artigos, textos de livros, revistas, e foram também distribuídos aos alunos situações-problemas e, em seguida, realizamos um trabalho contínuo de leitura e interpretação dos problemas matemáticos.

Observamos que a maioria dos alunos tem dificuldades para ler e interpretar corretamente os enunciados dos problemas, não conseguem identificar as operações necessárias para resolver o problema e tem dificuldades de compreensão do significado dos resultados que obtêm.

Na sala de aula da EJA, destacamos que, para o trabalho com Resolução de Problemas seja mais produtivo, faz-se necessário uma prática de leitura compartilhada com professores e alunos, a escola precisa realizar um trabalho contínuo de leitura, compreensão e interpretação de textos, não apenas nas aulas de Língua Portuguesa.

É necessário um olhar diferente por parte dos professores, com relação aos alunos da EJA. Pois estes possuem características diferentes dos alunos que frequentam o Ensino Regular e necessitam de uma forma de trabalho distinta.

Outra metodologia que utilizamos como ferramenta motivadora nas aulas de Matemática, foram os jogos. Segundo os PCN (BRASIL, 1998, p. 47) o jogo é uma atividade sócio-cultural onde a Matemática está presente e que supõe um “fazer sem obrigação externa e imposta, apesar de ter regras, exigências e controle”.

Para a escolha dos jogos levamos em conta os conhecimentos prévios dos alunos e faixa etária. Com o objetivo de promover, a ampliação da linguagem do aluno, a produção de estratégias de Resolução de Problemas, a capacidade de fazer cálculos mentais e estimular a compreensão de regras.

A Coleção Tempo de Aprender da EJA (PACHI & VALENTINI, 2009), traz uma atividade que trabalha com o Tangram.

Nesta atividade, primeiro os alunos fizeram uma leitura na coleção que explicava que o Tangram é um jogo formado por sete peças: dois triângulos grandes, um triângulo médio, dois triângulos pequenos, um quadrado e um paralelogramo. Permitindo a composição de centenas figuras diferentes, além de possibilitar o desenvolvimento de atividades relacionadas com diversos conteúdos da Matemática, como exemplo, a Geometria.

Os alunos confeccionaram o Tangram e utilizaram cartolinas, régua, esquadro e tesoura. Foi importante que construíssem o próprio material e não o recebessem pronto, através da construção, trabalharam medidas, coordenação motora e aprenderam a manusear a régua e esquadro. Outro aspecto observado foi à dificuldade para confeccionar o Tangram, pois estes foram feitos na sala de aula, e as carteiras não lhes davam apoio para que realizassem algumas das ações, como apoiar a cartolina.

O Tangram gerou muita curiosidade, o que ocasionou algumas manifestações, tais como: “Professora o encontro das paredes da sala possui um ângulo de 90° como tem também nos triângulos do Tangram”. Outro aluno comentou: “O quadrado também tem ângulo de 90° ”.

Esta atividade contribuiu para que os alunos pudessem identificar figuras geométricas, ângulos, medidas, associando o seu aprendizado com seu dia a dia.

Observamos que uso de jogos em sala de aula possibilita ampliar habilidades como organização, atenção, concentração, autoestima, criatividade e interação social.

Como professora nesta unidade prisional, tivemos dificuldades em ministrar aula no corredor, pois é um espaço pequeno, um local pouco acolhedor, não tem espaço adequado

para montar uma biblioteca, nem estrutura para o aluno confeccionar os materiais, por exemplo, jogos e quebra-cabeças.

O período que teve início no mês de julho de 2013 terminou no dia 22 de dezembro. Com o término deste período, observamos que os alunos das duas turmas, evoluíram com relação à leitura e a interpretação de textos, além de ter proporcionado nos alunos uma reflexão sobre seus direitos e um aumento de suas perspectivas com relação à qualidade de vida.

No dia 05 de fevereiro de 2014 teve início o ano letivo no Sistema Prisional. Para o 2º segmento da EJA só foi possível formar uma turma (9º Ano), por motivos internos do presídio, como por exemplo, transferências dos detentos.

As aulas continuam funcionando no corredor do presídio, tem duas aulas de Matemática por semana, funcionam no turno da tarde, na terça-feira das 14h00min as 15h00min e na sexta-feira 15h00min as 16h00min.

O material escolar, disponibilizado foram os mesmos do ano letivo de 2013, e houve uma demora na entrega. O que dificulta as aulas, mas os professores sempre disponibilizam materiais, como livros, cadernos, lápis, além de trabalhar com as metodologias de Resolução de Problemas e Jogos, para contribuir no processo de aprendizagem dos alunos.

Para os próximos períodos pretendemos elaborar um conjunto de atividades para o ensino de Matemática, fazendo o uso de jogos, Resolução de Problemas e de recursos tecnológicos, por exemplo, a calculadora.

Por enquanto, o Governo do Estado da Paraíba, não investiu na unidade prisional na cidade de São João do Cariri, pois não tem salas de aula, biblioteca, laboratório de informática.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi realizado no presídio de São João do Cariri – PB, cujos alunos são detentos. A realidade da educação, neste presídio são as seguintes: as aulas são ministradas em um corredor, e quando tem mais de uma turma funcionam juntas por falta de sala de aula, não tem biblioteca, laboratório de informática e falta também materiais para subsidiar as aulas.

Os professores e alunos tiveram dificuldades para adequasse a realidade precária nessa modalidade de ensino em um sistema prisional. Mas foi possível verificar que a realização deste trabalho foi uma experiência de aquisição de conhecimentos mútuos, onde aprendemos que nunca é tarde para recomeçar ou começar a estudar e também que é possível vencer o preconceito de manter uma escola dentro de um presídio, mesmo em condições precárias, e com tantas divergências os professores e os alunos conseguiram interagir, dialogar e refletir sobre seus direitos e qualidade de vida.

Com relação ao uso de atividades envolvendo a Resolução de Problemas e jogos – verificamos que os alunos conseguiram avançar na leitura e na interpretação de textos matemáticos. As atividades desenvolvidas nesta unidade prisional vêm contribuindo para despertar o interesse e a curiosidade dos alunos em saber o porquê das coisas, favorecendo a estruturação do pensamento e o desenvolvimento do raciocínio lógico.

A educação no Sistema Prisional de São João do Cariri na Paraíba trouxe para os alunos detentos, uma nova experiência, pois o conhecimento prévio que estes alunos trazem enriquece a aula e oportuniza a estes cidadãos integra-se na escola e possivelmente na sociedade, com novas oportunidades.

As condições de ensino em presídios são precárias e exige dos educadores, alunos e da sociedade em geral, a lutarem pela qualidade da Educação oferecida aos jovens e adultos quando alunos da Educação Básica.

Como nosso trabalho limitou-se a descrever uma experiência na modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos com alunos detentos da unidade prisional na cidade São João do Cariri – PB, algumas questões ficaram abertas e merece atenção, uma seria como elaborar um conjunto de atividades para o ensino de Matemática, fazendo o uso de jogos, Resolução de Problemas e de recursos tecnológicos? Como esta sendo realizado o planejamento na Educação de Jovens e Adultos? Seria importante avançar mais na elaboração de atividades que possam promover a melhoria da formação de nossos alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria do Ensino Fundamental **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática**, 3º e 4º ciclos (5ª a 8ª séries) – Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Proposta curricular para a educação de jovens e adultos**: segundo segmento do ensino fundamental: 5ª a 8ª série. Brasília: MEC/SEF/COEJA, 2002^a, v. 1, 148 p.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 13 de outubro de 2013.

BRASIL. **PARECER** nº 699/71. Regulamenta o capítulo IV da Lei 5.692/71. 06 de julho de 1972. Constituição Federal de Educação. Rio de Janeiro.

BRASIL. **Lei 7.210. Lei de Execução Penal**. Brasília, DF: MJ, 1984. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={B0287B7C-BA8B-45BD-B627-DC67B0AE176A}>>. Acesso em 13 de setembro de 2013.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em Agosto, 2013.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2000. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>. Acesso em Agosto, 2013.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 3, DE 15 DE JUNHO DE 2010. **Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Disponível no site do MEC: www.mec.gov.br . Acesso em Agosto, 2013.

BRASIL. **Parecer do Conselho Nacional de Educação - CNE/CEB 11/2000**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf. Acesso em Agosto, 2013.

BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº 2, DE 19 DE MAIO DE 2010**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=14906&Itemid=866. Acesso em setembro, 2013.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**.1988. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_const.pdf> Acesso em Agosto de 2013.

BRASIL. **Lei 10.172. Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF: MEC, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em setembro, 2013.

BRASIL. **Lei 12.433 previu a redução de pena para quem estuda**. Disponível em: <http://atualidadesdodireito.com.br/iaraboldrini/2011/10/15/comentarios-a-lei-12-4332011-remicao-pelo-estudo-e-a-decisao-do-stj/> acesso em setembro, 2013.

D'Ambrósio, U. **Etnomatemática: arte ou técnica de explicar e conhecer**. 2ª ed. São Paulo: Ática S.A. 1993.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Editora Vozes. 1987.

FONSECA, M. C. F. R. **Educação Matemática de jovens e adultos: especificidades, desafios e contribuições**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 14. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, P. **A experiência Mova**. Ministério da Educação e Desporto. Organização de Moacir Gadotti, São Paulo, 1996.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

KAMMI, C.. **Desvendando a aritmética:** implicações na teoria de Piaget. – Campinas-SP: Papyrus, 1995.

OLIVEIRA, M. K. **Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem.** Revista Brasileira de Educação. São Paulo: ANPED – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, n.12, 1999.

PACHI, C. G. F. VALENTINI, S. M. F. **Coleção Tempo de Aprender.** Educação de Jovens e Adultos. Volumes 1, 2 e 3. São Paulo. IBEP, 2009.